

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA**

CNPJ: 43.987.668/0001-87

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 EM REAIS

ATIVO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição		100.377,54	468,38
Aplicações Financeiras - sem restrição	03	585.294,46	1.539.613,97
Aplicações Financeiras - com restrição	03	1.559.554,64	2.573.974,72
Estoques	04	942.281,95	920.440,80
Adiantamentos		69.102,88	254.324,36
Outros ativos circulantes		12.028,38	11.515,91
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.268.639,85	5.300.338,14
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos judiciais		113.013,55	71.607,82
Imobilizado	05	17.987.851,62	17.694.936,09
Intangível		4.608,72	2.219,39
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.105.473,89	17.768.763,30
TOTAL DO ATIVO		21.374.113,74	23.069.101,44
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.328.976,53	1.280.446,26
Obrigações sociais e fiscais	06	1.068.941,73	1.150.023,02
Provisão de férias e encargos		2.975.055,83	2.445.101,27
Salários e Ordenados a Pagar		1.453.048,30	1.399.433,64
Honorários médicos a pagar		415.732,38	386.946,20
Projetos a executar	07	1.874.316,80	2.573.974,72
Parcelamento de tributos	09	517.516,97	509.072,04
Outros passivos circulantes		197.479,86	358.831,92
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		9.831.068,40	10.103.829,07
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento de tributos	09	321.512,55	814.827,13
Contingências a pagar	08	1.868.621,78	1.630.520,10
Outros passivos não circulantes		469.201,25	190.622,49
Subvenções e Convênios Específ. a reconhecer	10	6.945.401,49	6.768.416,05
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.604.737,07	9.404.385,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		1.938.308,27	3.560.886,60
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.938.308,27	3.560.886,60
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.374.113,74	23.069.101,44

Reconhecemos a exatidão dos presentes Balanços levantados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 conforme documentação apresentada. As demonstrações financeiras da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA levantados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 foram auditadas pelos Auditores Independentes SGS Auditores Independentes CRC-SP 20.277 sem ressalvas.

NELSON SCHIAVI
FUNÇÃO: PRESIDENTE
RG: 22.507.073
CPF: 073.615.568-68

DARCI APARECIDA RIBEIRO
FUNÇÃO: PRIMEIRO TESOUREIRO
RG: 5.206.769-5
CPF: 075.875.558-97

WASHINGTON DA SILVA TEÓFILO
FUNÇÃO: CONTADOR
CRC: 1SP246794/O-6
CPF: 215.028.278-08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA**

CNPJ: 43.987.668/0001-87

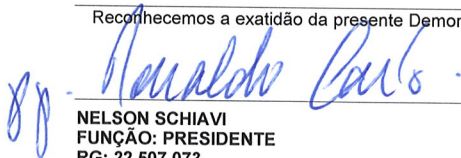
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018****EM REAIS**

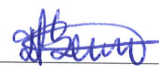
RECEITAS OPERACIONAIS	Nota	2019	2018
Convênio SUS		21.456.227,00	23.248.162,97
Convênios e Subvenções específicos	11	34.369.748,69	30.665.878,34
Doações		266.600,27	312.664,09
Financeira		56.666,72	63.529,48
Convênio PMG – Cessão Mão de Obra	14	2.109.634,04	1.744.169,75
Isenções usufruídas	13	9.182.337,36	8.606.018,19
Voluntários	14	1.888,71	5.850,08
Outras		143.832,79	112.719,36
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS		67.586.935,58	64.758.992,26

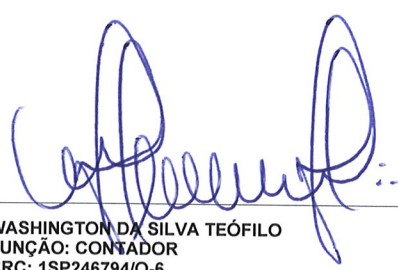
DESPESAS OPERACIONAIS	Nota	2019	2018
Salários e encargos sociais		31.633.256,52	29.647.108,55
Medicamentos e materiais		4.614.786,27	5.021.745,00
Serviços de terceiros		14.874.437,69	13.949.119,35
Administrativas e gerais		6.067.441,72	6.801.824,46
Depreciação/ Amortização		376.335,74	377.451,05
Tributárias		11.551,88	19.141,09
Contingências Judiciais		250.369,71	491.851,80
Isenções usufruídas	13	9.182.337,36	8.606.018,19
Mão de Obra usufruída	14	2.111.522,75	1.750.019,83
Financeira		87.474,27	130.058,72
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		69.209.513,91	66.794.338,04

SUPERAVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	15	(1.622.578,33)	(2.035.345,78)
---	----	-----------------------	-----------------------

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração conforme documentação apresentada.


NELSON SCHIAVI
FUNÇÃO: PRESIDENTE
RG: 22.507.073
CPF: 073.615.568-68


DARCI APARECIDA RIBEIRO
FUNÇÃO: PRIMEIRO TESOUREIRO
RG: 5.206.769-5
CPF: 075.875.558-97


WASHINGTON DA SILVA TEÓFILO
FUNÇÃO: CONTADOR
CRC: 1SP246794/O-6
CPF: 215.028.278-08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

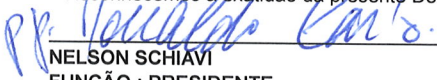
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA**

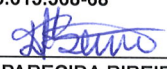
CNPJ: 43.987.668/0001-87

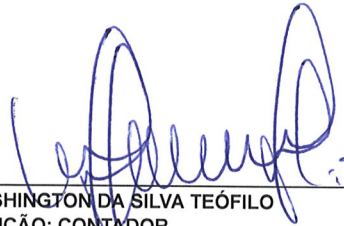
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018****EM REAIS**

	2019	2018
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Superávit / (Déficit) do período	(1.622.578,33)	(2.035.345,78)
(+) Ajuste de períodos anteriores	0,00	0,00
(+) Depreciação / Amortização	449.350,30	433.248,97
(+) Imobilização com Investimentos a Depreciar	0,00	0,00
Superávit / (Déficit) – Ajustado	(1.173.228,03)	(1.602.096,81)
(ACRÉSCIMO) / DECRÉSCIMO DO ATIVO CIRCULANTE + RLP		
Convênios a Receber	0,00	4.283.337,57
Estoques de mercadorias	(21.841,15)	60.027,22
Adiantamento a Terceiros	684,00	(246,78)
Adiantamento a Funcionários	174.143,17	(80.577,81)
Vale Transporte	10.393,78	(10.574,92)
Depósitos Judiciais	(41.405,73)	17.195,97
Outros Créditos	(512,47)	(5.602,13)
TOTAL (ACRÉSCIMO) / DECRÉSCIMO DO ATIVO CIRCULANTE + RLP	121.461,60	4.263.559,12
ACRÉSCIMO / (DECRÉSCIMO) DO PASSIVO CIRCULANTE + ELP		
Fornecedores	48.530,27	181.057,18
Contas a Pagar	82.400,84	57.319,66
Obrigações Tributárias	(81.081,29)	79.646,10
Obrigações Trabalhistas/ Previdenciárias	529.954,56	58.041,12
Verbas a Realizar	(522.672,48)	(1.765.710,77)
Outros	355.328,90	592.594,24
(=) TOTAL ACRÉSCIMO / (DECRÉSCIMO) DO PASSIVO CIRCULANTE + ELP	412.460,80	(797.052,47)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(639.305,63)	1.864.409,84
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	(744.655,15)	(271.801,79)
Baixa de Imobilizado	0,00	0,00
Imobilizações em Andamentos	0,00	0,00
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(744.655,15)	(271.801,79)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Parcelamento de Impostos/ Multas	(484.869,65)	(498.445,17)
Convênios		0,00
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(484.869,65)	(498.445,17)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.868.830,43)	1.094.162,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO ANO	4.114.057,07	3.019.894,19
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(1.868.830,43)	1.094.162,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO ANO	2.245.226,64	4.114.057,07

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração conforme documentação apresentada.


NELSON SCHIAVI
FUNÇÃO : PRESIDENTE
RG: 22.507.073
CPF: 073.615.568-68


DARCI APARECIDA RIBEIRO
FUNÇÃO: PRIMEIRO TESOUREIRO
RG: 5.206.769-5
CPF: 075.875.558-97


WASHINGTON DA SILVA TEÓFILO
FUNÇÃO: CONTADOR
CRC: 1SP246794/O-6
CPF: 215.028.278-08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA

CNPJ: 43.987.668/0001-87

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

EM REAIS

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PATRIMONIAIS	SUPERAVIT/ (DEFICIT) ACUMULADO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	8.373.123,62	0,00	6.783.508,12	(9.560.399,36)	5.596.232,38
Ajuste de Exercícios Anteriores					0,00
Superavit / (Deficit) do Exercício				(2.035.345,78)	(2.035.345,78)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8.373.123,62	0,00	6.783.508,12	(11.595.745,14)	3.560.886,60
Ajuste de Exercícios Anteriores					0,00
Convênios					0,00
Superavit / (Deficit) do Exercício				(1.622.578,33)	(1.622.578,33)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	8.373.123,62	0,00	6.783.508,12	(13.218.323,47)	1.938.308,27

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração conforme documentação apresentada.

NELSON SCHIAVI
FUNÇÃO: PRESIDENTE
RG: 22.507.073
CPF: 073.615.568-68

DARCI APARECIDA RIBEIRO
FUNÇÃO: PRIMEIRO TESOUREIRO
RG: 5.206.769-5
CPF: 075.875.558-97

WASHINGTON DA SILVA TEÓFILO
FUNÇÃO: CONTADOR
CRC: 1SP246794/O-6
CPF: 215.028.278-08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA

CNPJ: 43.987.668/0001-87

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 EM REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Instituição é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e tem por finalidade a prática de caridade cristã, colocam-se como objetivos da Associação:

- I. A criação, instalação, administração e manutenção de maternidade, hospitais, ambulatorios e centros de recuperação para atendimentos de necessitados sem distinção de raça, cor ou credo.
- II. Tem por MISSÃO "Prestar atendimento Materno-infantil de elevadíssimo nível a pessoas carentes sem qualquer preconceito de raça, cor, nacionalidade ou religião, colocando à disposição da gestante e de seu filho uma Maternidade de Primeiro Mundo".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002(R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a



receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2019.

Reavaliação de Imobilizado

Em atendimento as normas contábeis vigentes, a Entidade efetuou a reavaliação de sua sede própria. Contudo, levando-se em conta as restrições impostas pela doação do terreno efetuado pela Prefeitura Municipal de Guarulhos, conforme Escritura de Doação registrada no Segundo Cartório de Notas de Guarulhos, averbada sob a matrícula 54.409 junto ao 2º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, dentre elas, de que no descumprimento do objeto proposto ou parte dele, além de que, qualquer ato relacionado ***“a cessão ou transferência de titularidade das instalações ou serviços a qualquer pessoa física ou jurídica sem prévia autorização”*** da doadora, ou, mesmo a ***“dissolução ou liquidação da Entidade, casos em que a Prefeitura de Guarulhos assumirá a direção do estabelecimento e se imitará na posse do imóvel e dos bens nele imobilizados, sem responsabilidade pelo passivo”***, a Administração optou por apresentar os referidos valores em notas explicativas, tendo em vista, de que o resultado da reavaliação em questão, ter apenas caráter simbólico e informativo, tendo assim, atendimento as exigências legais.

O Laudo de avaliação do imóvel de que se trata, elaborado pela Arquiteta e Urbanista Sr. ^a Elisabete Coutinho Baptista da Roza inscrita no conselho de classe sob CAU: A33859-1, avaliou-se pelo valor de mercado nas atuais condições de conservação, pelo valor de R\$ 24.758.027,25. Sendo os valores desmembrados entre valores de terreno e benfeitorias conforme Laudo Emitido demonstrado no quadro abaixo:

ITEM	VALOR CONTÁBIL	VALOR REAVALIADO
Terreno	328.545,00	15.601.280,00
Construções	4.445.130,90	9.156.747,25



f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10(revogado pelo Decreto 8.242/14).

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2019	2018
Aplicações Financeiras Sem Restrição	585.294,46	1.539.613,97
Aplicações Financeiras Com Restrição	1.559.554,64	2.573.974,72
Total	2.144.849,10	4.113.588,69

4. ESTOQUES

	2019	2018
Farmácia	367.935,97	456.652,32
Almoxarifado	518.346,04	243.088,12
Rouparia	46.005,98	13.631,59
Lavanderia	9.993,96	207.068,77
Total	94.2281,95	920.440,80

5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u> <u>anual</u> <u>%</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2018</u> <u>R\$</u>	<u>Adições</u> <u>R\$</u>	<u>Baixas</u> <u>R\$</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2019</u> <u>R\$</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos		595.628,48	0,00	0,00	595.628,48
Instalações	10	408.819,29	0,00	0,00	408.819,29
Aparelhos, Equipamentos Médicos	10	5.375.946,33	173.191,70	0,00	5.549.138,03
Equip. de Telecomunicações	10	9.347,00	0,00	0,00	9.347,00
Máquinas e Equipamentos	10	381.320,88	263.594,00	0,00	644.914,88
Equip. de Informática	33	306.845,46	8.844,69	0,00	315.690,15
Móveis e Utensílios	10	509.429,37	17.911,06	0,00	527.340,43
Veículos	20	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações	4	4.445.130,90	0,00	0,00	4.445.130,90
Construções em andamento		13.346.407,02	0,00	0,00	13.346.407,02
Bens em Comodato		137.689,76	278.578,76	0,00	416.268,52
Total		25.516.564,49	742.120,21	0,00	26.258.684,70
<u>Depreciação Acumulada</u>					
Instalações		(278.278,47)	(12.176,40)	0,00	(290.454,87)
Aparelhos, Equipamentos Médicos		(4.320.164,53)	(207.634,23)	0,00	(4.527.798,76)
Equip. de Telecomunicações		(7.492,66)	(934,80)	0,00	(8.427,46)
Máquinas e Equipamentos		(301.492,57)	(23.586,98)	0,00	(325.079,55)
Equip. de Informática		(248.713,68)	(4.444,65)	0,00	(253.158,33)
Móveis e Utensílios		(396.206,27)	(22.622,43)	0,00	(418.828,70)
Veículos		0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações		(2.269.280,22)	(177.805,20)	0,00	(2.447.085,42)
Total		(7.821.628,40)	(449.204,69)	0,00	(8.270.833,08)
TOTAL		17.694.936,09	292.915,52	0,00	17.987.851,62

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2019	2018
INSS a recolher	190.396,62	175.770,76
FGTS a recolher	291.641,00	300.435,54
IRRF a recolher	527.996,17	624.252,02
Outros	58.907,94	49.564,70
Total	1.068.941,73	1.150.023,02

7. PROJETOS A EXECUTAR

	2019	2018
Convênio 0722/2016 SUS	13.996,28	0,00
Termo de Repasse 0422/2018 Subvenção Custeio	1.558.196,03	2.573.974,72
Convênio 850805/2017 - Siconv	2.124,49	0,00
Convênio 950/2019 – Emenda Estadual	200.000,00	0,00
Convênio 896/2019 – Emenda Estadual	100.000,00	0,00
Total	1.874.316,80	2.573.974,72

Saldo não utilizado até a vigência será devolvido ao concedente, os valores registrados em aplicação com restrição (nota 03).

8. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A entidade possui processos judiciais em andamento que envolvem responsabilidades contingentes. A Administração da entidade, com base na opinião de seus consultores legais, optou em manter a provisão para contingências para o montante de R\$ 1.868.621,78 para os processos com possibilidade de perda provável e de R\$ 2.531.137,15 para processos com possibilidades de perdas possíveis.

9. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u> <u>Mês</u>	<u>Passivo</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Não</u> <u>Circulante</u>	<u>2019</u> <u>Total</u>	<u>2018</u> <u>Total</u>
FGTS	Selic	43.510,57	36.573,92	80.084,49	146.295,68
IRRF PARC. 5333268	Selic	13.116,12	8.744,08	21.860,20	33.327,68
CSRF PARC. 5333268	Selic	5.050,48	0,00	5.050,48	12.031,20
CSRF PARC. 5314306	Selic	19.033,92	11.103,12	30.137,04	46.874,17
IRRF PARC. 5314306	Selic	194.322,84	113.354,99	307.677,83	478.549,17
PIS PARC. 5314306	Selic	16.543,80	9.650,55	26.194,35	40.741,75
INSS 1724001	Selic	144.767,16	84.447,51	229.214,67	356.510,85
INSS 1777843	Selic	38.888,16	25.925,44	64.813,60	98.814,40
INSS 1812135	Selic	42.283,92	31.712,94	73.996,86	110.754,27
Total		517.516,97	321.512,55	839.029,52	1.323.899,17

10. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS A RECONHECER

Doações e subvenções a reconhecer de acordo com o previsto na NBC TG 07, durante os exercícios de 2019 e de 2018, a entidade recebeu subvenções e repasses de órgãos públicos, cujos valores contabilizados em Receitas Diferidas, estão assim demonstrados:






	2019	2018
Convênio 1014/2013 inst. da Saúde da Mulher	6.355.234,09	6.355.234,09
Convênio 813424/2014	356.834,04	413.181,96
Convênio 850805/2017	233.333,36	
Total	6.945.401,49	6.768.416,05

11. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a entidade recebeu subvenções e repasses de órgãos públicos, cujos valores contabilizados em receitas, estão assim demonstrados:

	2019	2018
Convênio 271/2019 Verba Estadual	153.970,00	0,00
Termo de Repasse 0122/2017 - Subvenção	0,00	26.119.853,06
Convênio 298/2017 Verba Estadual	0,00	200.000,00
Convênio 376/2018 Verba Estadual	0,00	670.000,00
Termo de Repasse 0422/2018 - Subvenção	34.215.778,69	3.676.025,28
Total	34.215.778,69	30.665.878,34

*** Vide nota 08

12. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA n.º 834

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10(revogado pelo Decreto 8.242/14) e de Acordo com o Parágrafo único do Artigo no. 32 da Portaria retromencionada. Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a entidade apurou percentuais de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares medidas por pacientes dias, e de 100% de pacientes SUS no total de atendimentos Ambulatoriais realizados pela Entidade.

Na conformidade do Capítulo I artigo 9º item I da Portaria 834 de 26/04/2016, a Entidade Hospitalar comprovou na sua condição de beneficente pela prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%.

Em complemento ao atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10(revogado pelo Decreto 8.242/14) a Entidade para o exercício de 2018 apurou percentual de 100% de atendimento SUS – internação e de 100% de atendimento SUS - ambulatório, conforme demonstrativos abaixo:

e

R

2019:

Internação

<u>Competência</u>	<u>Qtde</u>	<u>SUS</u> <u>Paciente-dia</u>	<u>% SUS</u> <u>Internação</u>
Janeiro	882	3.628	100%
Fevereiro	807	3.628	100%
Março	891	3.833	100%
Abril	866	3.747	100%
Maio	885	3.785	100%
Junho	779	3.469	100%
Julho	772	3.256	100%
Agosto	858	3.485	100%
Setembro	855	3.272	100%
Outubro	860	3.721	100%
Novembro	784	3.368	100%
Dezembro	883	3.571	100%
Total Geral	10.122	42.763	100%

Ambulatório

<u>Competência</u>	<u>SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>% SUS</u> <u>Ambulatório</u>
Janeiro	12.930	100%
Fevereiro	11.983	100%
Março	12.301	100%
Abril	12.871	100%
Maio	12.098	100%
Junho	11.953	100%
Julho	11.333	100%
Agosto	12.290	100%
Setembro	13.010	100%
Outubro	13.299	100%
Novembro	11.961	100%
Dezembro	12.082	100%
Total Geral	148.111	100%

2018:

Internação

<u>Competência</u>	<u>Qtde</u>	<u>SUS</u> <u>Paciente-dia</u>	<u>% SUS</u> <u>Internação</u>
Janeiro	926	3.812	100%
Fevereiro	836	3.606	100%
Março	942	4.097	100%
Abril	899	3.551	100%
Maio	914	3.866	100%
Junho	866	3.720	100%
Julho	820	3.482	100%
Agosto	895	3.800	100%
Setembro	890	3.661	100%
Outubro	905	3.633	100%
Novembro	873	3.506	100%
Dezembro	953	3.351	100%
Total Geral	10.719	44.085	100%

Ambulatório

<u>Competência</u>	<u>SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>% SUS</u> <u>Ambulatório</u>
Janeiro	11.755	100%
Fevereiro	10.988	100%
Março	12.206	100%
Abril	12.090	100%
Maio	11.344	100%
Junho	11.310	100%
Julho	11.332	100%
Agosto	12.304	100%
Setembro	10.927	100%
Outubro	12.658	100%
Novembro	10.993	100%
Dezembro	11.061	100%
Total Geral	138.968	100%

13. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA / RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias e PIS sobre folhas de pagamentos gozadas durante os exercícios de 2019 e de 2018, correspondem aos montantes de R\$ 9.182.337,36 e R\$ 8.606.018,18.

14. MÃO DE OBRA USUFRUÍDA

São registrados nessa rubrica os valores decorrentes de mão de obra cedida pelo convênio existente entre a Prefeitura Municipal de Guarulhos e a Entidade correspondente ao exercício de 2019 no valor total de R\$ 2.109.634,04, e, Serviços Voluntários para o mesmo exercício no valor de R\$ 1.888,71



15. DO SUPRAVIT DEFICIT DO EXERCÍCIO

Nesta rubrica temos registrados os resultados dos exercícios findos em 2019 e 2018, sendo que: Para o exercício de 2019 temos um **Déficit** de R\$ 1.622.578,33 para o exercício de 2018 temos um **Déficit** de R\$ 2.035.345,78.

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- I. O futuro **Instituto da Saúde da Mulher** teve concluída sua segunda fase de obras em dezembro de 2015, aguardando a aprovação de novo Convênio junto da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, para conclusão do projeto de construção, há previsão para o exercício de 2019 de que serão ainda necessários mais aportes de verbas estimados em R\$ 15.000.000,00
- II. Durante os últimos Exercícios devido a forte demanda de exigências legais e normatizações do setor, e, parcerias firmadas com a Secretaria da Saúde Municipal no intuito de complementar a oferta de serviços de saúde a população local, vem sofrendo de escassez de recursos financeiros, ocasionando frequentemente Déficit Financeiro, colocando em sério risco a Saúde Financeira da Entidade, o que inspira atenção na execução financeira para o próximo exercício.
- III. Dados Estatísticos dos serviços da saúde prestados nos exercícios de 2019 e 2018:

	2019	2018
Atendimento PA	45.301	44.888
Atendimento UTI Neonatal	894	747
Procedimentos Ambulatoriais	67.356	55.906
Internações	10.122	10.719
Parto Normal/ Cesárea	6.452	6.733
Taxa de Ocupação Média	100%	100%
Taxa de Mortalidade Geral	0,7%	0,07%
Taxa de Mortalidade Institucional	0,4%	0,05%
Índice de Mortalidade UTI-Neonatal(***)	6	5,8
*** Preconizado pela ONS-Organização Mundial de Saúde de até 10 óbitos / 1000 nascidos vivos		

17. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

18. FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.



19. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9o. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

20. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;*
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;*
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.*

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA
Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS, JOSÉ E MARIA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de junho de 2020.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277-0-5

Presley José Góes
CRC 1 SP 185.052/0-5